

Extensão universitária e impactos socioeconômicos nos territórios

Valdir Júnio dos Santos

Resumo

O presente estudo se ocupa da vinculação dialógica entre a práxis universitária da extensão e o desenvolvimento socioterritorial. Com isso, busca-se analisar, em escala local, os impactos socioeconômicos dos projetos extensionistas desenvolvidos pelo Instituto Federal Fluminense, que visa dinamizar o desenvolvimento socioeconômico, assegurado pela lei de criação dos Institutos Federais (Lei n.º 11.892, de 29/12/2008) e outros documentos normativos internos (Estatuto, Deliberações e Resoluções). Para tanto, foi desenvolvido estudo de caso do projeto de extensão que dialoga com a vocação regional. Foram realizadas entrevistas com representante da Instituição da ação extensionista, professores, alunos e comunidade envolvida. Os dados permitiram identificar a percepção dos sujeitos da ação quanto ao projeto de extensão implantado, analisando expectativas e demandas, além da indicação do fortalecimento da rede de interação entre a instituição e as demandas dos sujeitos da ação. Os resultados indicam que a ação extensionista vem gerando impactos sociais e econômicos positivos no território, atendendo às demandas da comunidade e proporcionando a disseminação do conhecimento. No entanto, constatou-se que é necessário adequar a execução da extensão para melhor atender à sociedade, com um contato mais próximo com a população e por meio de planejamento em longo prazo.

Palavras-chave | Desenvolvimento socioeconômico; extensão universitária; Institutos Federais; território.

Classificação JEL | I25 O15 R11

University extension and socio-economic impacts in the territories

Abstract

This study deals with the dialogical link between university extension praxis and socio-territorial development. It seeks to analyse, on a local scale, the socioeconomic impacts of extension projects developed by the Fluminense Federal Institute, which aims to boost socioeconomic development, as guaranteed by the law creating Federal Institutes (Law No. 11,892, of 29/12/2008) and other internal regulatory documents (Statutes, Deliberations and

Resolutions). To this aim, a case study was developed of the extension project that dialogues with the regional vocation. Interviews were conducted with representatives of the institution involved in the extension action, teachers, students and the community involved. The data allowed us to identify the perception of the subjects of the action regarding the extension project implemented, analysing expectations and demands, in addition to indicating the strengthening of the interaction network between the institution and the demands of the subjects of the action. The results indicate that the extension action has been generating positive social and economic impacts in the territory, meeting the demands of the community and promoting the dissemination of knowledge. However, it was found that it is necessary to adapt the implementation of the extension to better serve society, with closer contact with the population and through long-term planning.

Keywords | Federal Institutes; socioeconomic development; territory; university extension.

JEL Classification | I25 O15 R11

La experiencia migratoria de los médicos cubanos en el Vale do Taquari/RS

Resumen

En el mundo globalizado, los flujos migratorios internacionales han presentado características distintas en cuanto a los factores condicionantes de cada contingente poblacional. Este artículo tiene como objetivo analizar la experiencia migratoria de los médicos cubanos en la región del Valle do Taquari, en el estado de Rio Grande do Sul, a partir de 2014. Centrándose en la educación sanitaria, también se analiza la experiencia de los médicos cubanos, inmigrantes, que trabajan con la población inmigrante y local. La metodología utilizada se basó en los conceptos del enfoque cualitativo, con investigación de campo. Para la generación de datos, se utilizaron como técnicas entrevistas formales, observaciones y diario de campo. Los sujetos de la investigación fueron médicos cubanos, inmigrantes internacionales, residentes locales y agentes comunitarios de salud. Los resultados de la investigación muestran la capilarización del Programa Más Médicos en la región investigada, incluyendo relatos de la experiencia en una zona de la ciudad de Lajeado. El análisis buscó comprender la educación en salud en el contexto investigado, así como la situación actual de los médicos de Cuba que permanecen en la región.

Palabras clave | Educación en salud; inmigrantes internacionales; médicos cubanos; Vale do Taquari.

Clasificación JEL | I25 O15 R11

Introdução

É fato que a extensão universitária se constitui como um pilar potencializador da prática acadêmica ao interpor, como necessidade elementar, o diálogo refinado com a sociedade. Esse diálogo – que se estrutura na demanda de leitura dos territórios – fornece elementos fundamentais nas diferentes formas de interação dialógica com

os sujeitos sociais, reconhecendo a necessidade de relacionar o conhecimento produzido pelos sujeitos, pelas instituições presentes nos territórios, assim como pelas comunidades.

Ao analisar a práxis extensionista, provoca-se um debate relevante a respeito das escalas analíticas a que estão submetidas dentro do macrodebate do desenvolvimento regional. Ou seja, é preciso identificar a articulação institucional a proposição do desenvolvimento regional (produzindo uma análise a respeito da região) e compor uma leitura do patrimônio territorial (patrimônio produtivo, natural, humano e intelectual, cultural, social e institucional) como referência de intervenção e análise.

Desse modo, ao serem escolhidas as ações do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) como objeto de análise, optou-se por seguir tal proposição analítica. É sabido que os institutos federais foram criados pela Lei n.º 11.892, de 2008, a qual instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, equiparando essas instituições às universidades conforme art. 2º, § 2º dessa lei. Sendo assim, também são regidos pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão presente na Constituição Federal de 1988, a qual, em seu art. 207, indica sua autonomia e a diretiva do princípio de indissociabilidade.

As ações extensionistas constituem o principal canal de diálogo com o meio social, assegurando que o conhecimento acadêmico possa retornar à sociedade, contribuindo para seu desenvolvimento socioeconômico, assim como para seu engrandecimento em outros aspectos, levando em conta as peculiaridades e questões culturais, sociais e institucionais da região onde estão sendo desenvolvidas. É uma das formas que a instituição tem de participar e colaborar com a sociedade, desempenhando também seu papel social, assegurando, assim, as premissas institucionais de territorialidade e interiorização (Deliberação nº 15/2014 do CENPE).

Sendo a extensão um importante instrumento de diálogo entre a instituição e a sociedade, é relevante identificar e compreender os impactos que esses projetos têm junto ao território, além de verificar o alcance de suas ações ao atendimento das demandas e necessidades dos segmentos a que eles se dirigem dentro da área que são implementados.

Segundo a Resolução n.º 27, de 28 de abril de 2020, do Conselho Superior do Instituto Federal Fluminense (Consup), as ações de extensão apresentam cinco classificações: programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços. Entre as ações existentes, optou-se por abordar, como objetos deste artigo, os projetos de extensão implantados no campus Bom Jesus, localizado na Região Noroeste do estado do Rio de Janeiro.

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar os impactos socioeconômicos dos projetos de extensão do Instituto Federal Fluminense campus Bom Jesus do Itabapoana na área de “Tecnologia e Produção”. Tais projetos incorporam as linhas

de extensão que melhor se identificam com as características da região, ademais de se sustentarem na proposta institucional, no sentido de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico, assegurados pela lei de criação dos institutos federais (Lei n.º 11.892, de 29/12/2008) e outros documentos normativos internos (Estatuto, Deliberações e Resoluções) abrangendo o período desde sua criação até 2019.

O objetivo é problematizar a aplicabilidade dialógica entre o ensino e a prática possibilitada pelas pesquisas realizadas nas comunidades, constituindo, assim, as bases ontológicas da extensão. Para isso, o presente artigo parte do pressuposto da necessidade de se averiguar a comunicação entre ambos os sujeitos sociais envolvidos, articulando o debate à função social da extensão tanto na escala local como na regional, observando a comunidade acadêmica do instituto e quais os impactos socioeconômicos dentro das comunidades onde têm sido implantados os projetos de extensão universitária.

A produção da extensão universitária: dilemas e paradoxos

Para uma compreensão crítica da problemática inerente à extensão universitária, torna-se imperioso resgatar sua trajetória histórica, considerando a universidade enquanto instituição social dinâmica, que, historicamente, tem assimilado contextos heterogêneos e assumido funções multifacetadas. Embora o ensino seja a função mais tradicional, a ela também são atribuídas as funções de transmissão, produção e extensão do saber, além da função de socializar o saber produzido, sendo, dessa forma, também responsável pela integração social dos indivíduos. Com isso, percebem-se os sinais de existência da extensão, pois tanto a produção como a transmissão do saber serão formas de prestação de serviços dentro da sociedade (Sousa, 2000).

Segundo Nogueira (2013), as primeiras experiências de extensão nas universidades do país foram identificadas no início do século XX. Nesse período, já existia a oferta de cursos e conferências destinados à população em geral, oferecidos pela antiga Universidade de São Paulo (USP), criada em 1911. As Universidades Federais de Viçosa e de Lavras, em Minas Gerais, em 1920, já realizavam ações de assistência em áreas rurais, destinadas a fazendeiros e suas famílias.

Gurgel (1986) analisa a influência do padrão extensionista norte-americano na educação superior brasileira como alternativa válida para nossa realidade. Essa influência se verifica na criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa em 1920, sendo a responsável pela implementação da experiência de extensão, seguindo o então modelo americano.

Do ponto de vista normativo, a institucionalização da extensão universitária no Brasil remonta ao Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931 (Brasil, 1931),

conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras. Esse marco regulatório não apenas organizou o sistema universitário nacional, mas, também, estabeleceu as primeiras diretrizes para a interação entre as instituições acadêmicas e as estruturas sociais. O referido documento consagra a extensão universitária como instância integrante da organicidade institucional, conferindo-lhe estatuto formal mediante a previsão de cursos e conferências de cunho educativo, que materializam sua função social.

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT, 2006), desde o primeiro registro oficial sobre a extensão em 1931 até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961:

[...] o entendimento sobre extensão permanece como uma modalidade de curso, conferência ou assistência técnica rural, destinada àqueles possuidores de diploma universitário. Percebe-se desta forma, que a extensão, naquele momento, voltava-se para os interesses da classe dirigente, fortalecendo, assim, as finalidades daquela Universidade: o progresso da ciência (por meio da pesquisa) e a transmissão do conhecimento (por meio do ensino). Nesse sentido. É possível compreender o distanciamento existente entre a população e tais ações extensionistas, bem como a “dicotomia” entre ensino, a pesquisa e a extensão (FORPROEXT, 2006, p. 17).

Segundo Nogueira (2013), as primeiras manifestações extensionistas configuraram-se, por décadas, como práticas subsidiárias derivadas das atividades de ensino e pesquisa. Tais iniciativas restringiam-se predominantemente à divulgação de resultados investigativos ou ao reforço de conteúdos pedagógicos, atingindo, sobretudo, parcelas da população já inseridas no sistema de ensino superior. O referido decreto conferiu legitimidade institucional às ações extensionistas, particularmente àquelas desenvolvidas mediante oferta de cursos e realização de conferências.

Em 1937, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o movimento dos discentes deixou de ser regionalizado, passando a ser nacional e profundamente caracterizado pelo envolvimento social e político. Vale destacar que o registro mais antigo a respeito da organização do Movimento Estudantil no Brasil foi o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes realizado em São Paulo em 1910 (Sousa, 2000).

Contudo, o avanço na concepção da extensão só se consolidou no fim da década de 1950, conforme menciona Nogueira (2013), através da UNE. O movimento propunha uma atuação dos estudantes voltada para o compromisso com a classe trabalhadora, direcionando suas ações ao interior dos estados, visto que era onde havia maior nível de carência em recursos humanos.

Na sequência, em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4.024 (Brasil, 1961), que destaca a importância da extensão, principalmente em seu caráter prático, no provento de cursos em estabelecimento de ensino superior, visto em seu art. 69, alínea c: “de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos” (Brasil, 1961). Nogueira (2005) acrescenta que, com essa lei, se faz sentir de forma acentuada a distância entre o texto legal e a prática. Isso porque, mesmo institucionalizada, a extensão ainda se mostra reduzida a cursos ministrados por docentes e dirigidos, de certa forma, a uma clientela já ligada à universidade.

Esse processo foi analisado por Santos (1989), que, ao longo dos anos 1960, identifica uma tentativa de confronto entre a cultura de massas e a alta cultura, fruto dos debates do processo de democratização da universidade. Era esperado que essa universalização possibilitasse atenuar notadamente a dicotomia entre a alta cultura e a cultura de massas. No entanto, isso não aconteceu. Essa massificação não atenuou a dicotomia, apenas a deslocou para dentro da universidade, ao mesmo tempo que gerou o dualismo entre universidades de elite e de massas. Assim, a produção da alta cultura permaneceu em grande parte dominada pelas universidades de elite, enquanto as universidades de massa se limitaram à distribuição da alta cultura ou, quando não a produziram, baixaram o nível de exigência, degradando sua qualidade. Esse foi o preço pago pela universidade ao tentar manter sua centralidade na produção de cultura-sujeito.

À luz dessas pistas analíticas, identifica-se que o período militar também propiciou transformações no âmbito educacional, conforme demonstra Nogueira (2013, p. 34): “Com o Golpe Militar de 1964 e a legislação promulgada nos anos seguintes, a UNE foi extinta e as universidades, tal como outras instituições, foram submetidas a um rígido controle ideológico”. Portanto, o momento pós-1964 foi certamente o período mais difícil da história para a universidade brasileira, principalmente quando a questão da extensão é analisada, pois, nesse período histórico, o Estado assumiu intensamente um papel repressivo e autoritário. De forma violenta, o Estado atingiu todos os envolvidos na questão da reforma ou transformação da sociedade, seguindo o pressuposto do receituário capitalista e o novo rumo do processo de produção e distribuição do saber (Gurgel, 1986).

Também Gadotti (2017, p. 1) analisa o reflexo do golpe civil-militar sobre tais conquistas, em que “a reação a essas conquistas veio com o golpe civil-militar de 1964, que foi também um golpe contra a Educação Popular. Vários movimentos de jovens e adultos foram desmantelados e a representação estudantil eliminada”.

Nesse movimento de contrafluxo, é importante destacar o papel desempenhado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), o qual visava, em suas linhas de ação,

Articular e consolidar o Ensino Superior no Brasil; pensar estrategicamente o sistema universitário no seu todo e propor medidas para o seu pleno desenvolvimento; promover o intercâmbio e a cooperação entre todas as universidades; e levar a que todas as instituições de Educação Superior contribuíssem eficazmente para o desenvolvimento nacional (CRUB, 1966, p. 13).

Nesse movimento de contrafluxo, podem-se identificar vitórias importantes, como a Lei Básica da Reforma Universitária n.º 5.540, de 28 de novembro/1968, em seu art. 20 – consolidando um importante passo para a expansão da extensão –, o qual determinou que os resultados da pesquisa fossem estendidos à comunidade (Brasil, 1968). Dentro do contexto histórico, percebe-se que ainda há falta de autonomia das universidades na extensão e também de posicionamento definido por parte das instituições envolvidas nessas atividades.

Observando o processo de consolidação das trincheiras históricas, importante destacar a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproext) em 1987. Esse Fórum propiciou à comunidade acadêmica as condições para redefinir a extensão universitária (FORPROEXT, 2012). Em concordância com Leonídio (2011), o Fórum passava a desenvolver função principal na definição de políticas de extensão para as instituições públicas de ensino superior. É uma entidade voltada para a construção, articulação e definição de políticas acadêmicas dentro do campo da extensão universitária. Desse modo, para Sousa (2000, p. 76), “Com a criação desse Fórum vai se promover uma revisão conceitual sobre a Extensão e também uma rediscussão sobre a função social da Universidade. Esta nova forma de conceber a Extensão será na interlocução com as IES”.

De acordo com o Forproext (2006), foi durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, que se iniciou um novo paradigma de universidade, de sociedade e de cidadania, no qual a população deixava de ser percebida pela universidade como mero receptor de conhecimento e de práticas produzidas no interior da academia.

Segundo o Forproext (2012), na luta pela democratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi recriada a concepção de universidade pública, redefinindo as práticas de ensino, pesquisa e extensão e questionando a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir disso, a extensão passou a ser notada como um processo que articula o ensino e a pesquisa, os quais se relacionam com os movimentos sociais. Restou o desafio pela busca da institucionalização da extensão, pois esta envolveria o desafio de articular toda a universidade.

Em sequência histórica, promulga-se, em 5 de outubro de 1988, a nova Carta Constitucional brasileira. Em seu art. 207 é concedida autonomia às universidades e é contemplado o princípio da indissociabilidade, só que, dessa vez, abrangendo,

além do ensino e da pesquisa, a extensão. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

De acordo com o Forproext (2012), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394, publicada em 1996, estabeleceu, em seu art. 43, a extensão universitária como uma das finalidades da universidade, ao mesmo tempo que instituiu a possibilidade de apoio financeiro do poder público, inclusive mediante bolsas de estudo (Brasil, 1996). Ainda acrescentou o Plano Nacional de Extensão como outra iniciativa importante no sentido de institucionalização da extensão universitária, o qual foi elaborado e aprovado em 1998 pelo Forproex. Para Nogueira (2005), o plano representa a construção coletiva de uma proposta política, cuja elaboração foi definida por deliberação do XII Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em dezembro de 1997, em parceria com a Secretaria de Educação Superior/ Ministério da Educação (Sesu/MEC).

A partir de então, a extensão constituiu-se como campo de constantes discussões, principalmente nas reuniões do Forproex e das universidades. Com isso, fortaleceu-se a importância de se desenvolver políticas de extensão universitária, pois, via processos de estruturação e consolidação, ela passou a ser reconhecida e abordada na área da educação junto à discussão do ensino e da pesquisa, seguindo o princípio da indissociabilidade. Também passou a ser reconhecida como instrumento de transformação social, sendo considerada a via de mão dupla na troca de conhecimento entre a universidade e a sociedade.

Políticas públicas de extensão: ação pública e território

Desde que surgiram as primeiras atividades de extensão no Brasil, houve muitas mudanças em sua forma de abordagem e características dos desenhos de suas políticas públicas. Para Nogueira (2013), discutir a extensão universitária é uma forma de problematizar a própria universidade, destacando que a extensão precisa ser pensada de forma relacional.

O Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 (Decreto n.º 19.851) é o eixo dinamizador das políticas de extensão no Brasil. Segundo Correia (2000), o art. 42 do Estatuto deixa explícita a ideologia que guiaria as atividades de extensão e seu dever de acessibilidade ao grande público, conforme parágrafos 1º e 2º do referido artigo. Desse modo, é possível afirmar que a universidade, enquanto individualidade institucional, perdia, com a falta de autonomia, o seu próprio poder criativo.

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do

Conselho Universitário. § 1º os cursos de conferências, de que trata este artigo, destina-se principalmente a difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propaganda de ideias e princípios que salva guardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público (Brasil, 1931).

Para Nogueira (2013), a normativa trabalha com a proposta de institucionalização da extensão, presente no decreto, no entanto, ausente na organização e prática nas universidades.

Há nessa legislação a intencionalidade de institucionalização da extensão – preocupação esta quase sempre ausente da organização e prática nas universidades brasileiras, durante as décadas que se seguiram – ao colocá-la sob controle do Conselho Universitário, que deveria efetivá-la em entendimento com as unidades acadêmicas da instituição (Nogueira, 2013, p. 33).

Percebe-se que, embora o Estatuto das Universidades Brasileiras tenha sido criado em 1931, as atividades de extensão tiveram ainda que percorrer um longo caminho pelas universidades e seus idealizadores para alcançar o entendimento e a concepção existente hoje de forma institucionalizada. Com isso, vislumbra-se que o entendimento do seu conceito, que até então era apenas voltado à oferta de cursos e serviços, foi sendo moldado para que retratasse melhor sua finalidade. O processo de institucionalização das políticas extensionistas promoveu, de forma gradativa e histórica, uma maior integração entre o espaço universitário e os diversos segmentos populacionais.

Entre as políticas extensionistas implementadas, destacam-se aquelas que adquiriram maior relevância epistemológica tanto em relação aos seus paradigmas metodológicos quanto ao processo de institucionalização das práticas extensionistas, particularmente a partir da promulgação do marco legal fundador do sistema universitário brasileiro.

Posteriormente, referente às políticas de extensão, a primeira foi a Lei n.º 4.024, de 20 de novembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A referida lei alinhou vagamente a questão da extensão em seu art. 69, alínea “c”, sobre os cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão serem ministrados apenas em estabelecimento de ensino superior (Nogueira, 2013).

O regime militar brasileiro, em 1968, institucionalizou a Reforma Universitária por meio da Lei n.º 5.540/68, promulgada em 28 de novembro. Contudo, a natureza

autoritária do instrumento legal, alinhada aos interesses do governo ditatorial, limitou seu impacto na estruturação democrática do sistema universitário. Nesse contexto político-educacional marcado por profundas transformações, Nogueira (2005) identifica a previsão normativa que obrigava as universidades a desenvolverem ações extensionistas junto à comunidade, conforme disposto no art. 20 da referida lei. Essas diretrizes se materializaram em iniciativas como o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), estabelecido em 1965, e o Projeto Rondon, criado em 1966 – experiências que, paradoxalmente, emergiram antes mesmo da própria reforma universitária (Nogueira, 2005).

No fim da década de 1980, em 1987, foi instituído o Forproex. Esse evento se deu durante o primeiro encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras na cidade de Brasília. Conforme o Forproext (1987, p. 11):

Foi realizado na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987, o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Participaram do evento 33 universidades públicas, representadas por seus pró-reitores ou ocupantes de cargo similar nas instituições.

Entre os assuntos tratados pelo Fórum, destaca-se a atuação na elaboração de duas importantes políticas de extensão universitárias, ambas com a participação do Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação de Ensino Superior, que foram o Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proext) e o Plano Nacional de Extensão Universitária, ocorridas em 1993 e 1998, respectivamente.

A Constituição Federal de 1988 assegura a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão em seu art. 207 (Brasil, 1988). Com isso, o texto legitima o reconhecimento constitucional da autonomia das universidades e inclui a extensão como um dos tripés da educação, e não mais como área isolada, responsável por levar à sociedade o conhecimento desenvolvido dentro do científico universitário, solidificado nos campos do ensino e da pesquisa.

Em 1993, foi criado o Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proext), pelo Forproext. Contudo, somente foi instituído legalmente em 2008, pelo Decreto n.º 6.495, de 30 de junho.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade (Brasil, 2008).

Houve grande investimento financeiro por parte do governo nas atividades de extensão desenvolvidas durante o período desse programa pela União para as práticas extensionistas em todo o país (Incrocchi; Andrade, 2018).

Outra política também criada pelo Forproext foi o Plano Nacional de Extensão em 1998. A proposta de elaboração do Plano Nacional ocorreu por iniciativa do Fórum, após um longo período de reivindicações junto ao MEC para manutenção do Proext. Quando desativado este programa, o Fórum iniciou a construção do Plano Nacional. Segundo o Forproext, a importância do Plano Nacional de Extensão Universitária vai além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas (RENEX, 2016), pois permite por meio dele:

- 1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- 3) o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país (RENEX, 2016, p. 5-6).

É possível observar que o Plano Nacional de Extensão forneceu as diretrizes de orientação da ação da extensão nas universidades e que o Fórum articulou sua ação consolidando ainda mais as funções estabelecidas em sua criação, fortalecendo as diretrizes conceituais e políticas para a extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Em paralelo a essas conquistas, no sentido de alcançar a sistematização da extensão, estabelecendo as diretrizes conceituais e políticas de extensão nas IES, identifica-se a importância de considerar a questão interdisciplinar, multi ou transdisciplinar nos procedimentos operacionais. Isso se faz necessário não só para atender ao princípio norteador da extensão como também para consolidar uma maior eficácia para conseguir atender às demandas da sociedade. Cada vez mais essas exigências se apresentam de forma múltipla e com características complexas, requisitando que várias áreas de conhecimento alinhem ações conjuntas, buscando refinar o diálogo entre as áreas do saber.

Dessa forma, ressalta-se a importância da criação dos institutos federais como instituições pluricurriculares, voltadas, entre suas finalidades e características, a formar e qualificar cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da sociedade, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Desenvolvimento, território e extensão universitários: os desafios entre as escalas e seus impactos

O desenvolvimento como um conceito polissêmico impõe desafios analíticos em sua materialização na unidade territorial estudada. Para pensar o desenvolvimento como fio condutor na efetivação de melhores condições de vida – considerando as múltiplas escalas envolvidas nessa análise (social, econômica, cultural, política, humana, institucional e ambiental) –, é preciso estar sensível ao patrimônio territorial como uma matriz descritiva das potencialidades e limitações a que esse território está submetido.

Torna-se igualmente fundamental incorporar uma análise sensível da governança territorial enquanto categoria analítica central para a compreensão dos processos de modulação espacial. Para Dallabrida (2016), a governança territorial fornece uma refinada leitura a respeito das dinâmicas de planejamento e gestão dos processos territoriais, ou seja, indica um precioso e múltiplo arsenal analítico que coaduna gestão, planejamento, participação, conflitos, decisões, cooperação e disputas. Dessa forma, o processo de desenvolvimento é uma construção sociopolítica, envolvendo as disputas de poder, profundamente alinhado aos interesses de três sujeitos fundamentais: a sociedade civil, os agentes estatais e o mercado.

Diante do cenário atual, promover o desenvolvimento territorial requer avançar nos processos de compreensão dessa categoria frente aos movimentos da mundialização do capital. Trata-se do avanço analítico do desenvolvimento territorial, compreendido como um “espaço geográfico que não é dado, mas construído”, constituído historicamente por processos culturais e redes socioterritoriais que delineiam suas fronteiras. Esse contexto oferece subsídios fundamentais para compreender as ações extensionistas enquanto mecanismos indutores de desenvolvimento sustentável mediante práticas cooperativas (Rallet, 2007, p. 80).

Seguindo esse veio analítico, ao optar por vincular a discussão à tríade desenvolvimento, território e extensão, alinha-se um conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, presentes no extrato humano e intelectual do patrimônio territorial (Dallabrida, 2016). Diante de tal indicação, é possível observar que a missão institucional da Rede Federal, no art. 6º de sua lei, traz como uma de suas finalidades e características a promoção do desenvolvimento socioeconômico local. Essa possibilidade ocorre em razão das características dessas instituições atuarem em pontos estratégicos por meio de uma rede, além de manterem constante sintonia com o território onde estão localizadas.

A relação dos institutos federais com o contexto do desenvolvimento territorial está associada às características da lei que instituiu a Rede Federal. Na visão de Pereira e Cruz (2019, p. 4),

Para melhor situar essa relação dos Institutos com a temática do desenvolvimento regional, é importante recorrer à lei de sua criação, às atribuições dessa instituição. É importante observar que a lei, como um todo, assimila a questão da territorialidade no âmbito do desenvolvimento. Já no seu artigo 2º define os Institutos Federais como instituições multicampi, do que se pode inferir a atuação sistêmica de seus *campi*, no limite de sua área territorial de abrangência. Assim, a lei estabelece aos Institutos Federais a obrigação de se colocar de forma efetiva no seu território.

Na visão de Pacheco (2011, p. 17), os institutos federais apontam para um novo modelo de instituição pactuada com o projeto de sociedade em curso no país.

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social.

O movimento político, pela via da ação pública, de expansão dos institutos federais em territórios – até então não vistos como atrativos para os interesses do capital – tornam-se potentes dínamos na promoção do desenvolvimento e na redução das desigualdades sociais.

O município de Bom Jesus do Itabapoana, em análise neste estudo, está situado no interior do estado do Rio de Janeiro, sendo banhado pelo rio Itabapoana. Conforme dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, sua população era de 35.411 habitantes. Segundo a Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores do Rio de Janeiro (Ceperj) (2019), desse total de habitantes, 29.927 pessoas residiam na zona urbana e apenas 5.484 na zona rural. Isso equivale a um total de 84,51% de habitantes morando na zona urbana e outros 15,49% na zona rural. Embora o município esteja numa localidade em que é presente a tradição cultural da prática da agricultura, principalmente na zona rural por pequenos produtores, essa atividade representa a menor participação na economia (FIRJAN, 2016).

Portanto, não se pode desconsiderar a importância analítica dos pequenos produtores residentes no município de Bom Jesus, assim como sua representatividade na cultura local, aspectos que de modo algum podem ser negligenciados pela ação pública.

Projeto de Extensão em análise: a “Avaliação das boas práticas de fabricação de derivados lácteos em agroindústrias familiares do município de Guaçuí-ES”

Esse projeto foi desenvolvido em propriedades rurais processadoras de derivados lácteos, formais e não formais do município de Guaçuí, no estado do Espírito Santo. Teve como foco a identificação dessas propriedades rurais, a caracterização do perfil do produtor, o registro de dados para controle sanitário dos animais de produção leiteira, a aplicação de questionário e aplicação de *checklist* para caracterizar o processo produtivo. Tais procedimentos permitiriam fazer uma avaliação preliminar das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos de produção envolvidos no trabalho, bem como a avaliação das Boas Práticas Agropecuárias (BPA) na obtenção do leite e Boas Práticas de Fabricação (BPF) dos produtos lácteos, considerando as etapas relativas à cadeia produtiva do leite, atribuindo qualidade higiênica e sanitária aos produtos elaborados.

Construindo o projeto: edificando a ação territorial

A motivação em elaborar a proposta da ação extensionista no território esteve alinhada a experiências pretéritas do idealizador do projeto. A utilização da *expertise* é um elemento importante para o refinamento analítico de leitura do patrimônio territorial que poderá ser mobilizado pela ação extensionista. O estudo evidencia a necessidade de análise prévia da congruência dialógica entre três dimensões fundamentais: (i) o patrimônio produtivo, representado pela cadeia leiteira em análise; (ii) o patrimônio cultural, com ênfase na cultura empresarial local; e (iii) o arcabouço institucional, no qual o Instituto Federal Fluminense desempenha função catalisadora.

O conhecimento do território impactado pelo projeto é fulcro sobre o qual a ação deverá estar alicerçada. Para tanto, a forma de atuação do projeto foi por meio de visitas realizadas nas propriedades. Na busca por uma definição nativa das principais demandas relacionadas às boas práticas produtivas e de higiene, as entrevistas constituem o principal meio de leitura do território e um importante mecanismo para identificar as vocações regionais de cada localidade, de modo a preservá-las.

Territórios e redes: tecendo conhecimentos

O projeto teve sua implantação na zona rural do município de Guaçuí, localizada no interior do estado do Espírito Santo, onde se concentra grande número de pequenos produtores de leite. O objetivo do projeto foi o de contribuir para que os produtores adquirissem boas práticas, aumentando a qualidade dos seus produtos e, consequentemente, dinamizando suas vendas, buscando a todo momento

valorizar e resguardar a importância da cultura local, vislumbrando a interlocução e um nicho de mercado potencializado.

O alinhamento dialógico dos componentes do patrimônio territorial impõe, como imperativo categórico, o respeito às características intrínsecas e vocações endógenas dos territórios, condição *sine qua non* para processos de desenvolvimento sustentável. Esse ponto é o elo que solidifica o campo da práxis, do diálogo entre os saberes acadêmico e nativo presente em seu modo de fabricação artesanal que sobrevive e se mantém da forma tradicional, com base em informações passadas por gerações. É algo que vem sendo construído à medida que se consolida ao longo do tempo, alinhado a todo um histórico familiar. O saber acadêmico possibilita levar novos conhecimentos e técnicas que possam melhorar, dinamizar a produção, com pequenos ajustes no sistema produtivo, utilizando-se da tecnologia.

A introdução de novos saberes é sempre uma das maiores dificuldades encontradas em todos os projetos, não de modo incondicional ou hierárquico, mas complementar, enriquecendo os saberes culturais já existentes nesses territórios rurais. A maior dificuldade que o meio técnico pode ter no campo é a quebra de paradigmas. Ou seja, o saber nativo possui barreiras firmes e muitas vezes intransponíveis e alicerçadas no tradicionalismo resistente à intervenção tecnológica. Segundo o coordenador do projeto:

[...] o problema maior do pequeno produtor é esse tradicionalismo, que é essa barreira dos paradigmas e a mão de obra escassa, falta de tecnologia [...] por medo as vezes de investir em algo que ele desconhece, e perder dinheiro e não conseguir retorno, ele acaba ficando ultrapassado e fica a margem do processo. Se ele tem falta de mão de obra, e o cara que não aceita opinião, que só faz daquele jeito, não tem como investir em tecnologia na terra dele (Coordenador do projeto).

O processo de refinamento dialógico entre o saber nativo e o científico necessita da prossecução da ação para, assim, fortalecer os laços que envolvem a rede estabelecida. A constância da ação eleva os níveis de confiança do nativo na instituição promotora, consolidando-se, dessa forma, como uma importante parceira. O fortalecimento do vínculo entre a instituição e o território por meio da extensão possibilitou o crescimento das vendas e a ampliação do seu raio de ação, pois os produtos passam a adquirir níveis elevados de qualidade e acabam despertando o interesse do público, ampliando, assim, o mercado de tais produtos.

Ações desenvolvidas e a participação: o dilema entre o “velho” e “novo”

As dificuldades encontradas pelo projeto na fase de execução assentam-se, inicialmente, na aceitação das orientações que vislumbram as “boas práticas”. Essa

aceitação também se impõe frente à autocrítica necessária ao considerar as “boas práticas”. Ou seja, implica reconhecer a necessidade de valorização dos conhecimentos que estão sob a tutela do tradicional e promover a vinculação com o novo, de forma a não potencializar pontos de atrito ou negação entre eles.

A postura do “levar conhecimento novo, negando o existente” pode gerar hierarquias de saber e afastar os sujeitos da ação, pois não é apenas chegar até o pequeno produtor de modo impositivo sem buscar a via da ação dialógica e relacional. O processo do estabelecimento de laços de confiança é algo que demanda tempo e ações que dialoguem com os saberes nativos. Portanto, o primeiro passo é observar como é a comunidade, sustentar diálogo e tentar perceber suas necessidades territoriais.

A ausência de políticas públicas mais efetivas no campo da assistência técnica corrobora a construção de um quadro comum de carências vivenciado pelos pequenos produtores. Para o coordenador do projeto,

[...] a situação do pequeno produtor no Brasil de um modo geral ela é amplamente conhecida. Ele vive em situação difícil e muitas das vezes à margem de falta de qualquer assistência técnica. Não que os governos, seja ele municipal, estadual ou federal, deixem de atender. Não é isso. [...] a gente vê muita ação, mas o que eu vejo o que eu pude perceber e identifiquei como um diagnóstico de situação, assim foi a primeira impressão que eu falei... Tem que fazer um diagnóstico para receber a disposição da pessoa em te receber pra ver se realmente ela quer sua ajuda. Ou ele vai te apresentar um problema ou você vai identificar um problema (Coordenador do projeto).

A ausência de política pública sensível às demandas locais dos produtores vem provocando um aprofundamento das carências socioeconômicas percebidas. As análises do projeto indicam a necessidade de uma rede de políticas públicas como um mecanismo eficiente para minimizar os níveis de carências e, assim, estruturar um campo de ação em que o processo emancipatório possa se estabelecer.

Desse modo, o princípio extensionista está margeado por uma perspectiva pedagógica em que o diálogo da práxis ganha sedimentação territorial. Sendo assim, esse é um extrato importante para o debate a respeito do desenvolvimento socioterritorial. Torna-se extremamente importante conhecer as demandas locais para que o princípio da práxis se efetive, possibilitando aos alunos um aprendizado real a fim de que possam entender e vivenciar as mudanças.

Um dos grandes pontos de inflexão da questão da extensão é o elemento temporal. Os tempos dos prazos acadêmicos não são os mesmos tempos em que se estabelecem as redes de confiança nos territórios, principalmente nos tradicionais. O processo de aproximação e estudo das realidades, a elaboração participativa das propostas de ação, os métodos de acompanhamento e de devolutiva à comunidade

requerem tempo de maturação, que muitas vezes a lógica acadêmica acaba interrompendo o processo de emancipação iniciado.

A devolutiva dos resultados é importante por consolidar o vínculo de confiança estabelecido, ao mesmo tempo que configura um sólido espaço de atuação para desdobramentos e ações futuras. Os impactos são importantes para avaliar os níveis de contribuição do projeto para os processos emancipatórios, assim como refletir sobre seus efeitos no território, elaborando, quando necessário, ajustes e propondo melhorias.

A comunidade: onde o ensino e a pesquisa se concretizam

Partindo da reconstrução antropológica do conceito de comunidade, emerge um constructo teórico que transcende a mera adjacência espacial, abarcando redes de sociabilidade densas e uma imbricação identitária com o território. Nessa perspectiva, a desconstrução das subjetividades inerentes à prática social torna-se condição elementar para a consolidação de uma hermenêutica territorial efetiva.

Os vínculos indenitários que demarcam o lugar coadunam com um quadro comum do espaço rural brasileiro em seu extrato agricultura familiar, ou seja, um espaço que vem enfrentando desafios à permanência dos jovens e seu consequente envelhecimento. No território estudado e impactado pelo projeto, o perfil dos beneficiários é de um público de idade superior a 40 anos e com ensino fundamental incompleto. São pessoas que anteriormente trabalhavam na lavoura, e algumas já possuíam uma pequena produção de produtos derivados do leite, mas não tinham recebido nenhum treinamento anterior sobre boas práticas de fabricação de produtos feitos por eles.

O princípio conceitual de comunidade agrega aos itens uma gama de valores subjetivos, altamente valorizados no mercado, sob a chancela de produtos artesanais.

Porque quero uma coisa bem caseira. Meus produtos não têm nada de conservas. É tudo feito assim como o meu pai fazia antigamente. É tudo natural, não tenho nada de conservantes nas minhas coisas. A maioria das coisas também, alguém me passou, eu fui colocando na prática do meu jeito de fazer e do meu jeito de fabricar também (Beneficiária do projeto).

Na avaliação da produtora, beneficiada pelo projeto, com os saberes adquiridos, conseguiu dinamizar sua produção e a qualidade de seus queijos artesanais. Esse processo produz reflexos na expansão dos negócios, o que, consequentemente, proporciona *status* reais de emancipação, fortalecidos pelo aumento da renda do familiar e melhora em sua condição financeira. O fortalecimento do processo

emancipatório proporcionado pela ação do projeto de extensão cria uma rede de impacto potente no território.

Para mim foi muito importante porque eu consegui manter minhas filhas na faculdade. Porque mesmo elas fazendo pela federal todas três, tenho que manter o aluguel e comida delas. E eu consegui graças a Deus. [...] nossa vida mudou depois que eu fiz o curso (Beneficiária do projeto).

A avaliação positiva do projeto estrutura um campo de ação da práxis, ampliando a credibilidade institucional e sua importância como vetor dinamizador do desenvolvimento dos territórios impactados. A sumarização do diálogo entre os saberes nativo e acadêmico permite processos de inovação mais sensíveis e atentos às demandas do espaço vivido. Nesse processo, pode-se perceber a articulação da teoria com a prática. “Não consigo mais fazer queijo sem pasteurizar. Pode ser uma pequena quantidade que eu tenho que pasteurizar. A qualidade do queijo melhorou muito, recebo muitos elogios sobre todos os meus queijos” (Beneficiária do projeto).

No processo de leitura do território, é também importante observar e buscar formas de alinhamento a rede de mediadores institucionais que já atuem no espaço de ação do projeto. Ou seja, para fortalecer os sujeitos da ação, é importante fortalecer a rede de mediação já atuante. No projeto em análise, foi possível observar a parceria do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), que atuava de modo incisivo na dinamização do projeto. Essa parceria foi importante, pois a Incaper, por sua própria natureza institucional, atuava de modo mais próximo às demandas da comunidade e possuíam um canal de comunicação já estruturado e com alta credibilidade pelos sujeitos da ação.

É fato a importância dos projetos de extensão para os territórios em que são implementados. Para a Pró-Reitora de Extensão do IFFluminense, os projetos de extensão são vitais tanto para os territórios como para a vida profissional e acadêmica dos alunos que participam dos projetos. E acrescenta sobre a razão de ser da extensão:

Se a gente está fazendo projetos onde a gente não está fazendo essa consulta à comunidade, está muito errado. Ele não tem razão de ser. Ele só tem sentido se eu estou ouvindo o que está sendo necessário ali. Definitivamente sempre se precisa reconhecer o espaço onde está para a gente saber como poder agir (Pró-Reitora de Extensão).

A respeito do aspecto social e econômico, e seu impacto no território, a análise institucional é de que é importante que a academia possa se aproximar da

comunidade, buscando implementar ações que melhorem as perspectivas socioprodutivas do produtor rural. Portanto, a transformação social vai se estruturando e se articulando aos aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, além de gerar, com isso, qualidade de vida para os sujeitos da ação.

Considerações finais

O alinhamento analítico dos debates contemporâneos sobre extensão universitária e dinamização territorial revela uma arena complexa que explicita as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas como elementos constitutivos dos fundamentos do desenvolvimento socioterritorial. Tal articulação configura um desafio epistemológico e prático de considerável magnitude, particularmente pela exigência institucional de construir uma práxis reflexiva e crítica acerca do papel da universidade nas transformações territoriais.

A análise do impacto da extensão universitária em territórios rurais pressupõe, como etapa fundamental, a decodificação do tecido cultural que estrutura esses espaços, condicionando as lógicas locais de produção e comercialização. A observação das motivações subjacentes aos projetos extensionistas revela uma tendência de focalização em territórios marcados por significativas deficiências técnicas, econômicas e organizacionais. Essa dinâmica se consolida particularmente no perfil do pequeno produtor rural, caracterizado pela predominância de mão de obra familiar, restrito acesso a linhas de crédito e limitada escolarização. Tal contexto reforça o papel estratégico da extensão universitária como mecanismo catalisador de processos emancipatórios para grupos sociais em situação de vulnerabilidade estrutural.

No espaço rural analisado foi identificada a necessidade de articulação entre a rede de mediadores presentes no território. A ausência de articulação da rede e de continuidade das ações propostas são os principais fatores que justificam o *status* de desmotivação. Portanto, é de extrema importância a manutenção e a conexão com os sujeitos da ação, para que eles se sintam amparados, que sejam motivados e que tenham a segurança de que a instituição é uma parceira, cumpridora de seu papel social, e o mais importante, que essa parceria seja contínua, e não apenas limitada ao período de existência do projeto.

O campo da extensão universitária é um extrato importante para pensar a dinamização socioeconômica dos territórios, pois criam espaços de interação com os segmentos sociais e com as atividades econômicas presentes. Há uma percepção – não só da comunidade como também dos alunos e coordenadores – de que a práxis proposta solidifica novos conhecimentos e práticas com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento na região.

Importante destacar a necessidade da ampliação da publicização, no sentido de tornar público, das ações extensionistas de modo que a sociedade tenha conhecimento de sua existência e saiba de sua finalidade. Maior conhecimento da importância da prática extensionista, possivelmente, despertará o interesse da comunidade em participar e buscar a instituição como parceira, apresentando seus anseios e demandas. Além de terem conhecimento do que vem sendo desenvolvido na instituição e do quanto ela é capaz de atender às demandas da comunidade.

Com essa aproximação, torna-se possível um contato maior entre a instituição e a sociedade, não ficando este apenas limitado ao tempo de existência do projeto. É algo que tem que ser contínuo e próximo.

Deve-se associar a esses interesses da instituição o desenvolvimento de projetos de extensão pelos servidores de forma institucionalizada, a necessidade de atendimento à comunidade, e o interesse dos alunos em aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula. É preciso estruturar um pacto com os sujeitos envolvidos na extensão, de modo que todos se conheçam, ajudem-se e, juntos, possam proporcionar melhores condições para a sociedade e promover o desenvolvimento socioterritorial emancipatório.

Referências

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Dados%20da%20Norma-,LEI%20N%C2%BA%205.540%2C%20DE%2028%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201968,m%C3%A9dia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=1%C2%BA%20O%20ensino%20superior%20tem,de%20profissionais%20de%20n%C3%ADvel%20universit%C3%A1rio>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 abr. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 6.495 de 30 de junho de 2008.** Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados. Brasília: Câmara dos Deputados, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-atualizada-pl.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2008a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 11 abr. 2020.

CORREIA, Ovídio Valois. **A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico**. São Cristóvão, SE: Ed. USF; Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

CRUB - CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS. **Sobre o CRUB**. 1966. Disponível em:
<http://www.crub.org.br/home-example-5/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teóricos-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice Firjan de Desenvolvimento - Bom Jesus do Itabapoana – RJ**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=RJ&IdCidade=330060&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 04 jan. 2021.

FORPROEXT - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987. In: GARRAFA, Volnei. **Extensão**: a universidade construindo saber e cidadania. Relatório de atividades 1987/1988. Brasília: Ed. UnB, 1987.

FORPROEXT - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: Uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: http://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

FORPROEXT - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEXT, 2012. Disponível em: http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf. Acesso em: 06 dez. 2020.

FUNDAÇÃO CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Histórica/ **Séries Históricas**, 2019. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/series-historicas/index.html. Acesso em: 25 jun. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bom Jesus do Itabapoana. **Panorama**. IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/bom-jesus-do-itabapoana/panorama>. Acesso em: 4 jan. 2021.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 189-214, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-187.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez Editora, 1986.

LEONÍDIO, Luciano Flávio da Silva. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras—FORPROEXT (1987-2012)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) -

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25316>. Acesso em: 02 nov. 2020.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Avaliação da extensão universitária práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. *In*: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **A construção da Extensão Universitária no Brasil**. Trajetórias e desafios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 27-50. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; CRUZ, José Luis Vianna da. Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: Interface possível. **Holos**, Natal, v. 4, p.1-18, dez. 2019. Disponível em:
<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992/pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

RALLET, A. Comentários do texto de Oliver Crevousier. *In*: MOLLARD, A. *et al.* **Territoires et enjeux du développement regional**. Versailles: Éditions, 2007.

SANTOS, B. de S. Da Ideia da Universidade à Universidade de Ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 27/28, p. 11-62, jun. 1989. Disponível em:
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da_ideia_de_universidade_RCCS2_7-28.PDF. Acesso em: 15 set. 2020.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Editora Alínea, 2000.

Data de submissão: 27/12/2023

Data de aprovação: 24/04/2024

Revisão: Daniela Matthes (português), Ana Clara Medina Menezes de Souza (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Valdir Júnio dos Santos

Centro de Pesquisa / Universidade Cândido Mendes

Rua Anita Peçanha, 100 – Bairro Parque São Caetano

28030-335 Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6204-352X>

E-mail: valdir.santos@ucam-campos.br